Análise econômica do direito: uma análise do caso dos fumicultores

Law and economics: an analysis of smoke producers case

Thiago Volpi de Araújo¹

Manoel Gustavo Neubarth Trindade²

Resumo: No presente artigo são analisados os casos em que os produtores de fumo sofrem perdas econômicas em virtude da queda de energia elétrica, visto que ocorre interrupção no processo de secagem do tabaco. Foram analisados argumentos trazidos aos autos de processos envolvendo casos com a referida temática. Os litigantes são os fumicultores e as concessionárias de energia elétrica. Além disso, a partir da argumentação, foi realizada análise do caso sob a ótica da análise econômica do direito e da responsabilidade civil. Após isso, foi efetuada uma análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, das Câmaras integrantes do 5º Grupo Cível, ou seja, especificamente a 9ª e 10ª Câmaras Cíveis. Por fim, chegou-se à conclusão de que a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul deveria, a princípio, consolidar-se em consonância com o entendimento de seu 5º Grupo Cível, por consubstanciar o posicionamento que, dentre todos, gera a alocação de recursos mais eficiente.

Palavras-chave: Análise Econômica do Direito. Responsabilidade Civil. Fumicultores.

¹ Graduando da Faculdade de Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo.

² Pós-Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Doutor em Direito (UFRGS). Mestre em Direito (UFRGS). Especialista em Processo Civil (UFRGS). Professor Permanente do Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios da UNISINOS. Coordenador e Professor do LLM em Direito dos Negócios da UNISINOS. Coordenador e Professor da Especialização em Direito dos Contratos e Responsabilidade Civil da UNISINOS. Professor da Graduação em Direito UNISINOS Porto Alegre LES (*Law, Economics and Society*) e da Graduação em Direito da UNISINOS São Leopoldo. Foi Presidente e atualmente é Diretor Científico do Instituto de Direito e Economia do Rio Grande do Sul – IDERS. Foi Diretor da Associação Brasileira de Direito e Economia – ABDE. Moderador Fundador do Grupo de Estudos em Direito e Economia da OAB/RS. Advogado e Economista.

***Abstract:** This monography analyses the cases in which the smoke producers suffer economic losses because of the power loss during the drying process of the tabaco. It was analyzed the arguments brang the process's files. The litigators are the tabaco producers and the electric energy concessionaires. Besides that, from the argumentations, it was made an analysis of the case under the lens of the law and economics and tort law. After that, it was made an analysis of the Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul's (Court of Justice of the Rio Grande do Sul State) jurisprudence, by its 5th Group of Civil Law. By the end, the conclusion was that the jurisprudence of the whole Court should be consolidated in consonance with the comprehending of its 5th Group of Civil Law, whereas, among all, generates the most efficient allocation of resources.*

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia analisa economicamente a responsabilidade civil pelos danos advindos da interrupção do fornecimento de energia elétrica nos locais onde há produção de fumo, posto que caso o período com ausência de eletricidade seja superior a, em média, duas horas, o fumo perde sua qualidade, causando prejuízos ao produtor. Sob a alegação de danos materiais sofridos pelo fumicultor, são ingressadas anualmente diversas ações pedindo indenização às concessionárias de energia elétrica pelos prejuízos advindos da suposta falha na prestação do serviço. As companhias, por sua vez, alegam em praticamente todas as oportunidades a ocorrência de força maior em virtude de temporais.

Há entendimento, sobretudo na 9^a e 10^a Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que em sendo o período sem o fornecimento de eletricidade inferior a 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, a concessionária de energia elétrica arca com 1/3 (um terço) dos danos e o fumicultor com 2/3 (dois terços).

Em que pese a consolidada jurisprudência das referidas Câmaras Cíveis, as ações permanecem sendo ajuizadas, ocasionando em custos processuais a ambas as partes. Dessa forma, o assunto apresenta relevância não só aos fumicultores, como também à sociedade do Rio Grande do Sul à medida que, caso a concessionária de energia elétrica seja responsabilizada pela falha na prestação do serviço, haverá o dever de indenizar pelas perdas e danos ocorridos.

O referencial teórico da monografia é, portanto, a Análise Econômica da Responsabilidade Civil.

O objetivo geral é apurar os fundamentos jurídicos trazidos na jurisprudência e se há alguma solução para melhor alocar os recursos dos fomicultores e das concessionárias de energia elétrica.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- a) Verificar a argumentação das partes nas apelações;
- b) Analisar o entendimento jurisprudencial a respeito do assunto;

A realização deste trabalho é justificada em virtude da relevância social do tema. O assunto atinge tanto os fomicultores, quanto os demais consumidores e as concessionárias de energia elétrica. Assim, entende-se que é de suma importância analisar os casos fazendo uma relação com a Economia, dada a capacidade desta ciência de fornecer respostas que gerem maior eficiência aos casos concretos.

2 ANÁLISE DOS CASOS DOS FUMICULTORES

2.1 Abordagem inicial do casos dos fumicultores

Antes de adentrar no assunto, necessário se faz estabelecer os contornos daquilo que envolve a lide. Assim, os litigantes são, de modo geral, os produtores de fumo (pessoas físicas) e as concessionárias de energia elétrica. As ações são ajuizadas pelos primeiros em face das segundas em virtude de que a queda de energia elétrica pode ocasionar a perda da qualidade do fumo.

Durante a produção, há um período em que o tabaco é secado em uma estufa elétrica, chamada de estufa de ar forçado. Caso falte luz durante esta fase, ocorre diminuição da qualidade do tabaco, à medida que foi exposto por menor tempo à secagem. Ao perder sua qualidade, o valor de mercado do fumo na nova classificação é inferior, diminuindo o lucro dos fumicultores – que são cruciais para a sua subsistência. Em síntese, o prejuízo referido é, sempre dentro da peculiaridade de cada caso, a causa de pedir. Os pedidos, por sua vez, são as indenizações pelos danos materiais sofridos.

Em relação ao valor da causa, há critério legal para a sua definição no Código de Processo Civil: “Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: [...] V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido; [...]”.

Superada a abordagem inicial, passa-se ao que é discutido pelas partes.

2.2 Argumentação dos litigantes

Este subcapítulo será dividido em dois tópicos. O primeiro, versará sobre a argumentação do demandante (ou os fumicultores). Ora serão apelantes, ora apelados. No segundo tópico discorrer-se-á sobre a argumentação trazida aos autos pelas demandadas, que são as concessionárias de energia elétrica. Novamente, estas serão ora apelantes, ora apeladas.

A metodologia deste subcapítulo é a seguinte: considerando que a Nona Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul tem competência para julgar as ações cuja matéria é responsabilidade civil extracontratual, serão selecionadas duas decisões dela e serão analisados os seus relatórios³. Embora haja outras Câmaras com competência para

³ Em virtude da pandemia do Covid-19, não foi possível utilizar os processos e analisar os argumentos trazidos pelas partes em suas petições. O trabalho foi adaptado para verificação da

juízo destas ações, o foco do trabalho é a Nona, posto que utiliza a Análise Econômica do Direito em sua fundamentação.

2.2.1 Argumentação das partes autoras

O processo escolhido para verificar a argumentação dos autores é a Apelação Cível nº 70084036250, de relatoria do Desembargador Eduardo Kraemer. Para iniciar a discussão, cumpre transcrever, *in verbis*, o trecho do relatório em que é descrita a argumentação presente nos recursos de apelação.

“A parte autora, em suas razões (fls. 158/71), argumenta que a concessionária realizou termo de vistoria, não podendo, portanto, alegar prejuízos na defesa, tampouco prejudicar o fumicultor. Ainda, defende a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao caso em tela, dado que o autor da ação é agricultor familiar, sendo hipossuficiente em relação à fornecedora de energia elétrica. Sustenta que não há como comparar a produção do apelante com o nível industrial. Aduz que os fumicultores não têm condições financeiras para adquirir geradores de energia elétrica e, dessa forma, não há razões para penalizá-los pela má-prestação do serviço da concessionária. Afirma que o juízo a quo reconheceu a falha na prestação do serviço, entretanto imputou a culpa ao produtor de fumo. Menciona a responsabilidade objetiva concessionária de serviço público, aplicando-se o CDC ao caso em liça, bem como que há fato de serviço decorrente da falha na prestação do fornecimento de energia elétrica, não havendo culpa concorrente do demandante por não possuir gerador. Giza ser necessária a manutenção da gratuidade de justiça ao início deferida, pois não possui condições de arcar com as custas e os honorários advocatícios. Colaciona precedentes. Requer o provimento do recurso para reformar a sentença, condenando a ré ao pagamento do valor integral da indenização pleiteada, além do pagamento de custas e honorários sucumbenciais.”

Conforme se depreende da leitura, é possível verificar que há forte defesa dos autores à aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, sustentando a sua hipossuficiência econômica. Frisa-se, porém, que a busca da utilização do Código de Defesa do Consumidor não é com o intuito de somente obter a responsabilidade objetiva da concessionária de energia elétrica, à medida que esta já é garantida pelo artigo 37, § 6º da Constituição Federal, o qual prevê a teoria do risco administrativo.

A ideia é a de que o amparo do CDC traz em benefício do consumidor a inversão do ônus da prova. A parte hipossuficiente deve apenas comprovar a verossimilhança de suas alegações para obter a inversão.

argumentação a partir do que está disponível a acesso público sem necessitar de contato com outras pessoas, ou seja, apenas as decisões de segundo grau disponíveis no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

O autor da ação destaca ser um pequeno produtor rural, à medida que não pode comparar a sua produção com o nível industrial. Dessa forma, afasta uma possível relação de insumo.

Uma questão importante da argumentação diz respeito às condições financeiras do fumicultor e ao preço do gerador. Este ponto será explorado no seguinte subcapítulo, quando será feita uma análise econômica.

2.2.2 Argumentação das partes réis

Foi escolhida uma apelação para realizar a análise da argumentação. Trata-se da AC nº 70083868224, relatada pelo Desembargador Carlos Eduardo Richinitti. Segue o trecho do relatório:

“A ré, por seu turno, sustenta a ausência de culpa da concessionária em relação ao ocorrido. Afirma a inexistência de serviço de distribuição de energia elétrica sem interrupção. Aduz, outrossim, há ausência do dever de indenizar, uma vez não comprovado o dano pelo autor. Discorre sobre a indústria do dano. Pugna pela reforma da sentença para o julgamento de improcedência do pedido e condenação do recorrido ao pagamento da integralidade das custas e demais ônus sucumbenciais. Requer o provimento da apelação (fls. 177/183v).”

A demandada defende a culpa exclusiva da vítima ou caso fortuito e força maior, conforme se apura após a afirmação do Desembargador Relator de que fora sustentada a ausência de culpa da concessionária.

Destaca, ademais, o fato de não haver serviço de energia elétrica no mundo sem interrupção. Destaca-se, porém, que o cerne da discussão não é tratar se é comum ou não a falta de energia elétrica, mas sim, apurar qual é o tempo razoável em que há ausência de eletricidade na unidade consumidora do autor e os danos que foram sofridos em decorrência disso.

Agora, no subcapítulo seguinte, será feita uma análise econômica dos casos.

2.3 O caso dos fumicultores sob o prisma da AED

Inicialmente, veremos os Custos Sociais atrelados ao caso. Posteriormente discorrer-se-á sobre a pertinência de evitar a ocorrência dos danos. Após, iremos abordar os incentivos que as partes podem adotar, com o intuito de prevenir os prejuízos. Será visto, ainda, quem é o *cheapest cost avoider* do caso e, por fim, teceremos considerações a respeito de possíveis soluções.

2.3.1 Incentivos

Há diversos interesses em que o dano não ocorra. Porém, o principal deles se refere à maximização financeira, à medida que tanto os fumicultores, quanto as concessionárias de energia elétrica desejam suprimir as perdas.

Logo, é cristalino que para que os fumicultores ou as concessionárias de energia elétrica adquirirem geradores, deve haver incentivos bastantes para tal. Portanto, é plausível questionar-se como seria possível criar incentivos aptos a influenciar na tomada de medidas preventivas.

A responsabilidade civil é um excelente meio de criação de incentivos, à medida que a parte entendida como a causadora do dano deverá arcar com o prejuízo que gerou. Dessa forma, sendo o custo da prevenção inferior ao do benefício ganho com sua aplicação, ambas as partes envolvidas terão interesse em adquirir os meios precaucionais, evitando (ou mitigando) o dano.

Dito isso, é importante estudar os Custos Sociais que envolvem os processos judiciais referentes às quedas de energia elétrica e a conseqüente perda da qualidade do tabaco, posto que, dependendo do resultado do cálculo, haverá incentivo para a tomada de medidas precaucionais.

2.3.2 Custos Sociais envolvidos

Os danos em tela envolvem custos tanto aos fumicultores, quanto à concessionária de energia elétrica e à sociedade gaúcha como um todo. Ocorre que os fumicultores são pessoas de baixa renda, sendo tal fato perceptível à medida que há na esmagadora maioria das ações ajuizadas a concessão de assistência judiciária gratuita a eles.

No outro polo, os custos referentes às concessionárias de energia elétrica, embora analisando cada processo de maneira individual não pareçam relevantes, tornam-se excessivamente onerosos quando analisados em conjunto. Em caso de perdas das ações judiciais, porém, as concessionárias dificilmente irão sentir-se abaladas, visto que podem repassar os danos aos outros consumidores através de um aumento na conta de luz.

Dito isso, percebe-se a relevância dessas ações para o âmbito da sociedade gaúcha. De um polo, enquanto há pessoas de parca renda que podem ter comprometida sua subsistência, de outro há a concessionária que pode transferir seus danos aos demais consumidores.

É nítido que as decisões judiciais devem permitir que seja possibilitado o melhor cenário para a sociedade. À vista disso, o cálculo dos custos sociais pode orientar os julgadores na tomada de decisões mais eficientes⁴.

O Custo Social é o valor monetário gasto na prevenção, mais o custo esperado pelo dano multiplicado pela probabilidade de sua ocorrência. Em tese, quanto maior a prevenção, menor o dano e sua probabilidade. Ocorre, porém, que em determinado ponto, quanto maior a prevenção, pouca será a influência sobre o valor do dano multiplicado pela probabilidade de ocorrer. O ideal, portanto, é quando a soma de ambos chega ao mínimo Custo Social possível.

Para elaborar o cálculo do Custo Social, supomos que preço médio dos geradores seja de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Abrem-se três possibilidades aos fumicultores: a) a probabilidade do acidente multiplicada pelo dano é inferior aos custos de adquirir e manter um gerador; b) a probabilidade do acidente multiplicada pelo dano é semelhante aos custos de adquirir e manter um gerador; e c) a probabilidade do acidente multiplicada pelo dano é superior aos custos de adquirir e manter um gerador. Cada uma dessas três opções terá um Custo Social diverso e, portanto, cumpre analisar todas.

No primeiro caso, não há, por questões lógicas, sentido em adquirir o gerador de energia elétrica. O motivo é que o Custo Social incorrido pelas partes será inferior caso deixem o acidente ocorrer. Dito isso, é preferível não prevenir o dano, posto que a eficiência financeira disso resultante será maior se comparada ao caso em que haja medidas para evitar os prejuízos.

Há casos em que uma única queda de energia elétrica não gera prejuízo relevante. Porém, na localidade onde o fumicultor reside ocorrem reiteradas tempestades, que por sua vez, ocasionam a queda da energia elétrica. Somando-se todos os danos oriundos da interrupção do fornecimento da energia elétrica, percebe-se que há excessivos prejuízos ao fumicultor no longo prazo. Nestas oportunidades, além daquelas nas quais uma única falta de luz em si já causa danos consideráveis, abrem-se duas hipóteses: o custo do gerador será semelhante à probabilidade do acidente multiplicada pelo dano ou será inferior.

Se semelhante, cumpre ao fumicultor ou à concessionária de energia elétrica decidir se é favorável, ou não, adquirir o gerador. Nestes casos, deverão ser levadas em conta as demandas judiciais: na deliberação a respeito da compra ou não do gerador de energia elétrica, deve-se destacar que, em caso de falta de luz, a possibilidade de o fumicultor ingressar com ação em desfavor da concessionária de energia elétrica é grande.

⁴ Busca-se, aqui, uma eficiência de Pareto, tendo em consideração que o intuito é que as decisões judiciais ocasionem em uma situação na qual não haverá como melhorar a situação dos fumicultores (ou das concessionárias de energia elétrica) sem prejudicar a parte adversa.

Dessa forma, ao produtor de fumo, que comumente é amparado pela assistência judiciária gratuita, haverá custos psicológicos de um processo judicial. Embora tais custos não interfiram no cálculo do Custo Social, devem eles ser levados em conta na decisão, posto que interferem diretamente na qualidade de vida dos produtores de fumo.

Por sua vez, para a concessionária de energia elétrica os custos judiciais estarão envolvidos, visto que não litigam sob o amparo da assistência judiciária gratuita. Logo, haverá maior perda monetária caso não compre o gerador e venha a faltar energia elétrica. Os custos com advogado e uma possível sucumbência podem entrar no cálculo do Custo Social, o que ocasionará em um Custo Social superior caso não haja a compra do gerador.

Porém, se a probabilidade do acidente, multiplicada pelo valor provável do dano for superior ao custo da prevenção, será preferível (em regra) comprar o gerador.

Como exceção à regra, quando mesmo sendo o custo da prevenção inferior ao custo do dano multiplicado pela probabilidade de sua ocorrência, pode ser que não seja recomendável adquirir os meios para prevenir, à medida que, eventualmente, o Custo Social pode ser inferior sem nenhuma prevenção.

Logo, cada caso concreto merece uma análise minuciosa sobre a pertinência de adquirir o gerador: tudo irá depender da potência (quantos Watts é necessário à estufa) e do preço do gerador.

Discorrido sobre o Custo Social, passemos à análise do nível de precaução e da fórmula de Hand.

2.3.3 Nível de precaução e Fórmula de Hand

No tópico acima, foi discorrido sobre o Custo Social. Agora, destaca-se a importância de estabelecer o melhor nível de precaução possível: estabelecendo-o, será possível saber se é recomendável ou não a compra do gerador.

O nível de precaução ideal é aquele em que o Custo Social é o menor possível. Dessa forma, deve-se realizar dois cálculos: o Custo Social sem a compra dos geradores e o Custo Social com a compra. Se este resultado for menor, recomendável será adquirir os geradores de energia elétrica.

O nível de precaução se refere ao menor Custo Social possível e a Fórmula de Hand, por sua vez, embora seja semelhante ao cálculo do Custo Social, tem o postulado de que se o custo da precaução for inferior ao benefício resultante, deverá o autor do dano prevenir. Dito

isso, nos casos em que, pela Fórmula de Hand, seja recomendável tomar medidas preventivas, o Custo Social também estará próximo ao nível de precaução ideal.

2.3.4 *Cheapest Cost Avoider*: fumicultores ou concessionárias?

Neste tópico, cumpre inquirir quem é o CCA dos casos. Adianta-se que entendemos ser os fumicultores.

Tal se dá em virtude de que cada fazenda produtora de fumo necessita de, pelo menos, um gerador de energia elétrica para evitar os danos. Entretanto, o fumicultor é a parte mais apta a apurar qual é o gerador necessário: é ele quem sabe o tamanho de sua estufa, a potência necessária para evitar que ocorram danos em caso de falta de energia elétrica e a quantidade de geradores necessários.

Destaca-se que exigir da concessionária de energia elétrica o pagamento dos geradores ocasionaria em uma necessidade de realização de laudo pericial em cada uma das fazendas produtoras de fumo. Para isso, a concessionária arcaria com custos altos demais, à medida que haveria alto gasto de combustível, funcionários, equipamentos para a realização do laudo pericial e, por fim, o gasto com o gerador.

Ademais, o *cheapest cost avoider* nem sempre se define pela maior eficiência monetária: também pode ser definido a respeito dos esforços necessários pelas partes. Dito isso, é evidente que o fumicultor necessita de menos esforços para prevenir os danos.

Portanto, percebe-se que ao fumicultor haveria custos menores, tanto monetariamente, quanto não monetariamente.

Em virtude do exposto, entende-se que os *cheapest cost avoiders* são os fumicultores.

2.3.5 Possíveis soluções aos casos sob as lentes da AED

Destaca-se que a solução aqui apresentada é vista apenas com as lentes da AED. Em síntese, surgem duas soluções: comprar ou não os geradores.

Para a segunda solução, é recomendável apenas no caso de o custo do dano multiplicado pela sua probabilidade ser inferior ao da prevenção. Porém, neste caso, em havendo queda de energia elétrica e ocorrendo o dano, deverá a ação ser julgada improcedente, à medida que o *cheapest cost avoider* é o fumicultor.

A primeira solução, por sua vez, é recomendável quando o custo do gerador for inferior ao benefício dele decorrente ou quando o Custo Social do dano for inferior caso efetuada a

prevenção. A compra do gerador, conforme vimos no tópico anterior, deve ser feita pelo fumicultor.

No capítulo seguinte, analisaremos como a jurisprudência trata o tema.

3 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

No presente capítulo, serão analisados exclusivamente os posicionamentos jurisprudenciais da Nona e Décima Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

3.1 Entendimento da Nona Câmara Cível

A Nona Câmara Cível tem a jurisprudência bem sedimentada, inclusive decidindo as questões relativas aos casos dos fumicultores, em diversas oportunidades, via decisão monocrática.

Analisaremos agora a apelação cível nº 70084011493, que foi decidida via colegiado, mas que ajudou na sedimentação do entendimento da Câmara.

Em seu voto, o Desembargador Eugênio Fachinni Neto refere que trocou seu posicionamento sobre o caso dos fumicultores após conversas com o Desembargador Carlos Eduardo Richinitti. Dito isso, ocorreu divergência dentro da Câmara, ocasionando em que os processos fossem submetidos ao rito do artigo 942 do Código de Processo Civil. Assim, continua o Desembargador enfatizando que os casos acabavam sendo decididos pelo membro da 10ª Câmara Cível convidado à composição do colegiado.

Dessa maneira, foi realizado um painel em dezembro de 2015 para solucionar a questão. Na oportunidade, houve a presença do advogado e professor Dr. Fabiano Koff Coulon, representando o IDERS – Instituto de Direito e Economia do Rio Grande do Sul. O representante do instituto discorreu em sua exposição sobre o caso dos fumicultores à vista da AED. Em trecho do voto, Eugênio Fachinni Neto discorre sobre parte do painel:

“Já o Dr. Fabiano Koff Coulon, representando o IDERS - Instituto de Direito e Economia do R.G.S., contribuiu com as seguintes reflexões, a partir de uma análise econômica do Direito: “O consumidor, no caso um produtor de fumo, que se sente lesado pela interrupção do fornecimento de energia elétrica, entra com indenização, e a concessionária é condenada a pagar uma indenização. E o que acontece com esse custo? Esse custo é inserido na lógica de custos da atividade da concessionária e tende a ser externalizado através dos preços fornecidos no mercado.”

Mais adiante em sua intervenção, o Dr. Coulon referiu que “A segunda questão é a questão da alocação desse custo dentro da relação entre o fumicultor e a prestadora de energia elétrica. O que nós poderíamos pensar num primeiro momento e até em termos de análise econômica do Direito? Quem é que poderia internalizar esse custo da maneira mais eficiente, o produtor ou a concessionária prestadora de energia? Quem seria, como diriam os americanos, o cheapest cost avoider, aquela pessoa que pode evitar o dano

ao menor custo? Num primeiro momento, nós podemos imaginar que seja o próprio produtor. O produtor compra um gerador, um gerador não é assim tão caro, ele internaliza no seu custo e com isso ele faz frente a esse problema.”

Verifica-se que o posicionamento exarado pelo Dr. Fabiano Koff Coulon corrobora o que destacamos anteriormente: o fumicultor é o *cheapest cost avoider* e os danos são repassados pela concessionária aos demais consumidores, caso haja condenação dela. Trechos após a citação acima, o Desembargador discorre sobre a razão da compra dos geradores, sendo que outro fundamento utilizado na decisão para justificar o dever da compra de geradores de energia elétrica é o *duty to mitigate the loss*.

Posteriormente, frisa ser o cultivador de fumo o CCA, conforme se extrai do trecho a seguir: “No caso em tela, em sendo inevitáveis as interrupções de energia elétrica, mesmo que por curtos períodos, o cultivador de tabaco pode evitar os danos a um custo menor, com a aquisição de gerador *no-break*”.

Eugênio Fachinni Neto, ademais, discorre sobre a aplicabilidade da Fórmula de Hand ao caso em tela. Em virtude da excelente explicação sobre o assunto, indispensável a citação a seguir:

“Trata-se da chamada Hand Formula, uma tentativa de identificar uma fórmula matemática para se constatar a presença ou não de uma culpa (chamada, na Common Law, de negligence). O célebre juiz federal norte-americano Learned Hand, que exerceu suas funções durante mais de cinquenta anos, deixando um legado de famosas decisões, ao julgar, na Corte Federal de Apelações (Second Circuit - Nova Iorque), o famoso caso *United States v. Carroll Towing Co.*, em 1947, cunhou uma fórmula que se tornou célebre: “ $B < PL$ ” (onde B significa Burden, P significa Probability e L significa Loss). Em suas palavras: “o dever do possuidor de providenciar no sentido de evitar danos depende de três variáveis: (1) A probabilidade da superveniência do dano; (2) a gravidade do dano resultante, caso venha a ocorrer; (3) o custo das precauções necessárias. [...] Aplicando-se referida fórmula ao caso concreto (e com óbvia adaptação, pois aqui se trata de evitar sofrer um dano, e não evitar causar um dano), percebe-se claramente que o autor teria agido de forma negligente, ao não investir quantia relativamente módica, para evitar danos potencialmente maiores, com grande probabilidade de virem a ocorrer, cedo ou tarde.”

Destaca-se que não se pode olvidar dos mandamentos do direito pátrio. A partir disso, o Desembargador leciona que deve ser levado em conta que alguns dispositivos legais repartem os danos entre a vítima e o seu responsável, citando os artigos 945, 402 e 403, todos do Código Civil. Consequentemente, Eugênio Fachinni Neto expõe a seguinte conclusão:

“Por todos os fundamentos acima alinhavados, em situações como a da espécie sob análise, entendo ser razoável que os fumicultores absorvam 2/3 do prejuízo que sofreram, devendo o terço restante ser suportado pela concessionária de energia elétrica.

Esclarece-se que o novo entendimento desta Câmara restringe-se às hipóteses em que os danos sofridos pelo demandante derivam da interrupção do fornecimento de energia elétrica durante curto período de tempo. Entende-se como razoável a interrupção ininterrupta que não supere 24 horas, já que não se afigura possível exigir-se que os fumicultores estejam preparados para grandes interrupções, o que poderia exigir geradores mais potentes ou grandes reservas de combustível para acionar os geradores. Caso a interrupção ultrapasse as 24 horas – obviamente ressalvadas hipóteses de força maior – deve a concessionária suportar os prejuízos que a falha do seu serviço acarreta, nos termos e nas hipóteses consagradas pela jurisprudência da Câmara.”

Especificamente, na apelação ora em análise a concessionária de energia elétrica restou responsável por 1/3 dos danos sofridos pelo consumidor.

Exposto o posicionamento da 9ª Câmara Cível, iremos, a partir do subcapítulo seguinte, abordar como vem decidindo a 10ª Câmara Cível, para depois tecermos comentários finais sobre a importância de uniformização do entendimento jurisprudencial tanto no primeiro, quanto no segundo grau de jurisdição.

3.2 Entendimento da Décima Câmara Cível

A decisão analisada é a apelação cível nº 70075631192, julgada pelo Desembargador Túlio de Oliveira Martins. O magistrado reconhece, na decisão monocrática, tratar-se de relação de consumo.

O Desembargador discorre sobre o posicionamento adotado pelas Câmaras integrantes do 5º Grupo Cível, de forma que há dever de indenizar, integralmente imputado à concessionária, quando a falta de luz for a período superior a 24h; quando for inferior, o fumicultor deve arcar com 2/3 dos danos. Na decisão, é referida a ideia do *duty to mitigate the loss* e que quando a falta de energia for superior a 24h apenas não haverá dever de indenizar pela concessionária em hipóteses de caso fortuito e força maior.

Ao caso em tela, como se discutia a falta de energia elétrica em três períodos distintos, a ré foi condenada ao pagamento de 1/3 dos danos para cada um dos períodos.

Percebe-se que o posicionamento da 10ª Câmara Cível, semelhante ao adotado nesta decisão analisada, é oriundo de relevantes discussões da 9ª Câmara Cível que envolveram a AED.

3.3 Comentários sobre a jurisprudência

Além das Câmaras integrantes do 5º Grupo Cível, as do 3º Grupo Cível também julgam a matéria responsabilidade civil. Entretanto, não foram analisadas as suas decisões nesta

monografia à medida que o foco do presente trabalho é apurar como as Câmaras que utilizam expressamente a AED nas decisões.

O ideal é que o posicionamento do 5º Grupo Cível seja adotado por todas as Câmaras do Tribunal de Justiça deste Estado cuja matéria seja responsabilidade civil, dada a qualidade da fundamentação dos julgados e o seu potencial de gerar uma otimização dos custos sociais na relação entre os produtores de fumo e as concessionárias de energia elétrica. Ademais, destaque-se que, conforme ensinam Antônio Mastrello Porto e Nuno Garoupa (2020):

“[...] Se, em um determinado tribunal, uma das câmaras julgadoras assumir um posicionamento sobre o tema X e outra posicionar-se em sentido contrário a respeito do mesmo tema, todos os interessados em causas semelhantes ver-se-ão incentivados a ir a juízo – tanto os que esperam um julgamento procedente quanto os que esperam um julgamento improcedente. A circunstância de o caso vir a ser julgado por uma ou outra câmara torna-se uma questão de sorte. Em havendo recurso, o sucesso na causa dependerá do sorteio (sorte!) da câmara que será designada para julgá-la. Ocorre que, quanto mais ações judiciais são ajuizadas, maior será o dispêndio de tempo dos juízes e de recursos públicos com a estrutura do Judiciário e, portanto, maiores os gastos públicos.” (MARISTRELLO PORTO E GAROUPA, 2020)

Destacamos, portanto, algumas vantagens da unificação da jurisprudência sobre os casos dos fumicultores: (a) menos (ou até mesmo nenhuma) ações seriam ajuizadas se todas as decisões (aqui, incluem-se as de primeiro grau) fossem consonantes; (b) menor gasto de tempo de juízes e desembargadores; (c) diminuição dos gastos públicos com os processos, especialmente tendo em vista que grande parte das ações envolvendo os fumicultores há o deferimento de assistência judiciária gratuita; e (d) talvez o mais relevante, a segurança jurídica às concessionárias e aos fumicultores, que de antemão já teriam maiores condições de saber sua probabilidade de êxito nas demandas.

Sobre a vantagem (d), destaca-se que se fosse adotado o posicionamento do 5º Grupo Cível por toda jurisprudência gaúcha (inclusive primeiro grau de jurisdição), os fumicultores teriam dois casos diversos: falta de luz inferior a 24 horas, oportunidade em que seria mais racional não ajuizar as demandas, face à pequena probabilidade de êxito; falta de luz superior a 24 horas, tendo que, nestes casos, apurar se houve evento climático excessivamente agressivo na data apto a ser considerado caso fortuito ou força maior. Em sendo negativa a resposta, seria provável que ajuizariam a demanda.

Aliás, na segunda hipótese, em não havendo caso fortuito ou força maior, a própria concessionária de energia elétrica poderia negociar com os fumicultores a indenização, através da audiência de conciliação ou de maneira extrajudicial, visto que sabe com maior clareza qual será o resultado exarado pelo Poder Judiciário.

De modo geral, há um potencial de ocorrer uma diminuição relevante nos números de ações referentes a estes casos em caso de adoção do entendimento do 5º Grupo Cível por toda a jurisprudência.

Por fim, destacamos que esta possibilidade pode parecer utópica, especialmente se considerarmos que os agentes, na prática, não agem de forma 100% racional, conforme a teoria da racionalidade limitada ensina⁵. Entretanto, há de ser frisado que há grande probabilidade de os fomicultores e as concessionárias de energia elétrica passarem a ter ações diversas e mais racionais em relação aos problemas enfrentados e discutidos nesta monografia.

⁵ Antônio Maristrello Porto e Nuno Garoupa ensinam que “Longe de significar que há falta de racionalidade inerente aos seres humanos, a racionalidade limitada significa que nosso sistema de pensamento é muito menos preciso do que teoricamente consideramos, e, portanto, a teoria da escolha racional acaba deixando de explicar parte considerável e relevante, dos mecanismos de tomada de decisão.” PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno, 2020.

4. CONCLUSÃO

Muito embora o presente artigo não tenha a intenção de exaurir a análise do caso dos fumicultores, buscou-se apresentar uma possível análise do caso sob a ótica da AED. Nesse sentido, em que pese a temática já seja bastante conhecida da jurisprudência gaúcha, as ações aqui discutidas permanecem sendo ajuizadas, fato curioso e que nos leva às seguintes conclusões: a primeira, é que há outra parte da jurisprudência – seja de primeiro grau, seja de segundo – que concede as indenizações em favor dos fumicultores; a segunda conclusão é relacionada à já mencionada teoria da racionalidade limitada, à medida que os fumicultores, ignorando suas chances de êxito na demanda, permanecem ajuizando as ações.

Da análise dos argumentos trazidos pelas partes e das razões de decidir adotadas nos posicionamentos existentes, concluiu-se que, a princípio, o entendimento do 5º Grupo Cível, parece consubstanciar o posicionamento que, dentre todos, gera a alocação de recursos mais eficiente.

Nesse sentido, caso efetivamente haja parte da jurisprudência em dissonância com o posicionamento exarado pelo 5º Grupo Cível, é importante frisar que parecer ser questão de tempo até que a jurisprudência reste por se consolidar, mantendo-se o entendimento das 9ª e 10ª Câmaras Cíveis como o majoritário. É um processo que eventualmente ocorrerá, justamente por conta da natureza do direito, cuja evolução é constante e incessante.

Por isso, a importância de estudar a jurisprudência do 5º Grupo Cível, que assume uma posição de vanguarda e pode ser, futuramente, base para fundamentação de outras decisões jurisprudenciais que passem a adotar a AED – inclusive, decisões de outros tribunais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). **Recurso Especial nº 1163283/RS**. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONTRATOS DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. LEI N. 10.931/2004. INOVAÇÃO. REQUISITOS PARA PETIÇÃO INICIAL. APLICAÇÃO A TODOS OS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO. 1. A análise econômica da função social do contrato, realizada a partir da doutrina da análise econômica do direito, permite reconhecer o papel institucional e social que o direito contratual pode oferecer ao mercado, qual seja a segurança e previsibilidade nas operações econômicas e sociais capazes de proteger as expectativas dos agentes econômicos, por meio de instituições mais sólidas, que reforcem, ao contrário de minar, a estrutura do mercado [...]. Recorrente: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – Banrisul. Recorrido: Ignez Ivone Alovisi Galo e outro. Relator: Ministro Luís Felipe Salomão, 07 de abril de 2015. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1163283&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1. Turma). **Embargos de Declaração no Agravo Regimental na Ação Originária 1.779/MT**. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO ORIGINÁRIA. AUSÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. TENTATIVA DE MERA REDISSCUSSÃO DO QUE JÁ AFIRMADO PELO ACÓRDÃO EMBARGADO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS. DESESTÍMULO AOS RECURSOS PROTELATÓRIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. MAJORAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, NOS TERMOS DO ART. 85, § 11, DO CPC/2015. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. [...]. Recorrente: Ruy de Souza Gonçalves. Recorrido: Banco do Brasil S/A. Relator: Ministro Marco Aurélio, 02 de maio de 2017. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311702803&ext=.pdf>.

CABRAL, Marcelo Marques. **Da responsabilidade civil do condutor de veículo automotor**: uma abordagem sob as perspectivas da teoria do risco. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4453-7/cfi/141!/4/4@0.00:45.4>.

CAHALI, Yussef Said. **Responsabilidade Civil do Estado**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019. E-book (não paginado). Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018790/cfi/6/20!/4/90/2/2@0:0>. Acesso em: 07 jul. 2020.

COLOMBO, Leonardo A.. Culpa aquiliana, cuasidelitos. Buenos Aires: Tipografia Edit Argentina, 1947. n. 56, p. 158.

COOTER, Robert D. **Law and the Imperialism of Economics**: An Introduction to the Economic Analysis and a Review of the Major Books. **UCLA Law Review**, Los Angeles, v. 29, p. 1260-1269, 1982.

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. **Direito & Economia**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CORBIN, Arthur Linton; PERILLO, Joseph M.. **Corbin on contracts**: damages. v. 11. Newark: LexisNexis, 2005. p. 301.

DEMOGUE. *Traité des obligations en général*. Paris: Rousseau, 1923-33, v. 4, n. 366.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book (não paginado). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984830/cfi/6/2!/4/2@0.00:0>

.

FUX, Luiz. **Processo Civil e Análise Econômica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editora Nacional, 2019. E-book (não paginado). Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986988/cfi/6/22!/4/6/2/2@0:0>.

GERADOR de energia a gasolina. In: Mercado Livre. Disponível em: https://lista.mercadolivre.com.br/gerador-de-energia-a-gasolina_DisplayType_LF.

GICO JÚNIOR, Ivo Teixeira. Notas Sobre Análise Econômica do Direito e Epistemologia do Direito. In: Congresso Nacional do CONPEDI, 18., 2009, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: CONPEDI, 2009. p. 916-943.

GICO JÚNIOR, Ivo. Análise Econômica da Responsabilidade Civil. In: TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e Economia no Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas S.A, 2014.. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522480555/cfi/40!/4/4@0.00:0.00>.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. v. 4. Responsabilidade civil. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615957/cfi/0!/4/2@100:0.00>.

JAKOBI, Karin Bergit; PEREIRA RIBERO, Marcia Carla. **Análise Econômica do Direito e Regulação do Mercado de Capitais**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2014. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522487721/cfi/49!/4/4@0.00:27.7>.

JOSSERAND, Louis. Evolução da Responsabilidade Civil. **Revista Forense**: mensário nacional de doutrina, jurisprudência e legislação, Rio de Janeiro, ano XXXVIII, v. LXXXVI, n. 454, p. 548-559. Abril, 1941.

KHOURI, Paulo Roberto Roque Antônio. **Direito do consumidor**: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486472/cfi/0!/4/2@100:0.00>.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise Econômica do Direito**. 2. ed. São Paulo: Grupo Editora Nacional, 2014. E-book. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522497652/cfi/34!/4/4@0.00:25.9>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2017. v.2: tutela dos direitos mediante procedimento comum.

MARTINS BOTELHO, Martinho. A Eficiência de Kaldor-Hicks: A Questão da Compensação Social. **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 27-45, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. / atual. até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. São Paulo: Malheiros, 2016.

MIRAGEM, Bruno Nubens Barbosa. **Direito civil: responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502628519/cfi/37!/4/4@0.00:3.9>.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de Direito Civil**. 40. ed. São Paulo: Saraiva 2015. v. 4: direito das obrigações, 1ª parte: das modalidades das obrigações, das transmissões das obrigações, E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502634121/cfi/0>.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. v.7: responsabilidade civil. E-book (não paginado). Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530968724/cfi/6/2\[vnd.vst.idref=cover\]!](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530968724/cfi/6/2[vnd.vst.idref=cover]!).

PACELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. **Manual de direito penal: parte geral**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade Civil**. 12. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book (não paginado). <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980320/cfi/6/2!/4/2@0:0>.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**. 3. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1984. Tomo LIII.

PORTO, Antônio José Maristrello. Análise Econômica da Responsabilidade Civil. In: TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e Economia no Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas S.A, 2014. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522480555/cfi/226!/4/4@0.00:0.00>.

PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno. **Curso de Análise Econômica do Direito**. São Paulo: Atlas, 2020.

PROJETO Debate Sobre Temas Polêmicos. In: TRIBUNAL de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. [Porto Alegre, 2015?]. Disponível em <https://www.tjrs.jus.br/novo/institucional/escolas-e-centro-de-estudos/centro-de-estudos/projetos-centro-de-estudos/projeto-debates-sobre-temas-polemicos/>.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Apelação cível nº 70084036250**. Apelação Cível. APELAÇÕES. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MATERIAIS. SECAGEM DE FUMO. ZONA RURAL.

INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PERÍODO DE 17/12/2017, DAS 12H10MIN ATÉ AS 19H35MIN DO DIA SEGUINTE. RELAÇÃO DE CONSUMO CARACTERIZADA. TEORIA FINALISTA MITIGADA. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DA PERDA DO FUMO PELA INTERRUPÇÃO DO PROCESSO DE SECAGEM. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INEFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVER DE REPARAR, CONTUDO, AFASTADO, FACE À AUSÊNCIA DE PREJUÍZO, CONFORME CONCLUSÃO FIRMADA EM LAUDO TÉCNICO APRESENTADO PELA CONCESSIONÁRIA. 9ª Câmara Cível. Comarca de Camaquã. Apelantes/apelados: Neri Alberto Bierhalz e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE D. Relator: Des. Eduardo Kraemer, 05 de junho de 2020. Disponível em: https://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do%20RS&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=&num_processo=70084036250&codEmenta=7706337&temIntTeor=true.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível nº 70075631192**. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. PRODUTOR DE FUMO. PERDA NA QUALIDADE DO PRODUTO. INTERRUPÇÃO NO SERVIÇO INFERIOR A 24 HORAS. AUSÊNCIA CASO FORTUITO/ FORÇA MAIOR. PREJUÍZO RATEADO NA PROPORÇÃO DE 2/3 A CARGO DOS AUTORES E DE 1/3 A SER SUPOSTADO PELA RÉ. PAGAMENTO INTEGRAL EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO DIA DE INTERRUPÇÃO. 10ª Câmara Cível. Apelante: Catiano Boiani. Apelada: AES Sul Distribuidora Gaúcha De Energia S.A. Relator: Des. Túlio de Oliveira Martins, 24 de janeiro de 2018. Disponível em: https://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do%20RS&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=&num_processo=70075631192&codEmenta=7706337&temIntTeor=true.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível nº 70083868224**. APELAÇÕES CIVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. SECAGEM DE FUMO. PERDA DE QUALIDADE DO TABACO.

SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA MAIS DE 24 HORAS ININTERRUPTAS. AUSÊNCIA DE CAUSA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. RESPONSABILIDADE INTEGRAL DA CONCESSIONÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS MAJORADA. 9ª Câmara Cível. Apelantes/apelados: Silvio Kazanowski e Companhia Estadual De Distribuicao De Energia Eletrica CEEE D. Relator: Des. Carlos Eduardo Richinitti, 24 de abril de 2020. Disponível em:

https://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do%20RS&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=&num_processo=70083868224&codEmenta=7706337&temIntTeor=true.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível nº 70084011493**. APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMARCA DE TURUÇU. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. FEVEREIRO DE 2017. INTERRUÇÃO INFERIOR A 24 HORAS. AUSÊNCIA DE FORÇA MAIOR. DEVER DO FUMICULTOR DE ADOTAR PROVIDÊNCIA PARA EVITAR O DANO. ESPECIFICIDADE DE SUA CULTURA AGRÍCOLA. NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO DE GERADOR PRÓPRIO. DUTY TO MITIGATE THE LOSS. “HAND FORMULA”. CHEAPEST COST AVOIDER. ENCARGO DE EVITAR O PRÓPRIO DANO. SENTENÇA MANTIDA. 9ª Câmara Cível. Apelante: Companhia Estadual De Distribuicao De Energia Eletrica CEEE D. Apelado: Ilaini Bergmann Schimmelpfennig. Relator: Des. Eugênio Facchini Neto, 29 de maio de 2020. Disponível em:

https://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do%20RS&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=&num_processo=70084011493&codEmenta=7706337&temIntTeor=true.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/jurisprudencia-e-legislacao/legislacao/justica-estadual/>.